

A Fotolinguagem como dispositivo de atenção à saúde mental: experiência em uma residência terapêutica

The Fotolanguage as mental health care system: an experience in a therapeutic residence

Luciane Aparecida dos Santos Passos¹; Cassiano Ricardo Rumin²

Resumo

O relato apresentado a seguir teve o objetivo de discutir as características de uma intervenção em grupo, dirigida aos moradores de um Serviço Residencial Terapêutico tipo I. O método de intervenção empregado foi o grupo de fotolinguagem. Foram realizados treze encontros quinzenais onde participaram os oito moradores do Serviço Residencial Terapêutico. Os encontros ocorriam no espaço da própria residência, com local e horário fixos, sendo livre a participação dos moradores nas ações do grupo de fotolinguagem. Os resultados indicaram que os componentes do grupo vivenciaram algum nível de ruptura da posição a-subjetal. O grupo de fotolinguagem possibilitou a historicização da vida dos participantes e contribuiu para que um espaço psíquico partilhado pudesse emergir entre os moradores da Residência Terapêutica. O objeto externo constituído pela fotografia estimulou a experiência transicional e parece ter sido estendida com o uso de imagens abstratas. Conclui-se que o grupo de fotolinguagem é um dispositivo relevante para apoiar o processo de desinstitucionalização realizado pelos Serviços Residenciais Terapêuticos.

Palavras-chaves: Residência terapêutica. Fotolinguagem. Grupo de mediação. Reforma psiquiátrica.

Abstract

The report presented below aimed to discuss the characteristics of a group intervention, addressed to residents of a Therapeutic Residential Service type I. The employee intervention method was Fotolanguage group. Thirteen fortnightly meetings attended by the eight residents of the Therapeutic Residential Services were held. The meetings took place in the space of their own homes with fixed place and time, with free participation of residents in the actions of Fotolanguage group. The results indicated that the components of the group experienced some level of the break-subjectal position. The Fotolanguage group has enabled the historicizing of life of participants and contributes to that a shared psychic space could emerge among the inhabitants of Therapeutic Residence. The external object formed by photo stimulated a transitional experience and appears to have been extended by using abstract images. We conclude that the Fotolanguage group is an important device to support the deinstitutionalization process carried out by the Residential Therapeutic Services.

keywords: Therapeutic residence. Fotolanguage. Mediation Group. Psychiatric reform.

¹ Psicóloga, graduada pela FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas. Especialista em Psicologia da Saúde – FAI. E-mail: lua2176@hotmail.com.

² Psicólogo (UNESP), Especialista em Saúde Pública (FCF/UNESP) e Mestre em Ciências Médicas (FMRP/USP). E-mail: casrumin@usp.br.

Introdução

A história brasileira e o hospital psiquiátrico

A chegada da Família Real no Brasil, no ano de 1808, incentivou o recolhimento daqueles considerados desviantes, em instituição de salvaguarda da ordem pública (BRITTO, 2004). O mero recolhimento passou a ser discutido e a classe médica intensificou suas reivindicações quanto a oferta de assistência aos desviantes desvinculada da prática religiosa (CALDAS; NOBRE, 2012). Conforme destaca Segawa (2002, p. 58) neste período “o louco, então, de indivíduo criminoso elevava-se à categoria de pacientes medicalizáveis, posto a sua nova condição de vítima de doença passível de terapia específica, codificada pela nascente Psiquiatria”.

No Rio de Janeiro, as práticas asilares de saúde mental foram desenvolvidas por Juliano Moreira (ODA; DALGALARRONDO, 2000). Já em São Paulo, Francisco Franco da Rocha desenvolveu a atenção manicomial no Hospital do Juquery (SEGAWA, 2002). Outro expoente da Psiquiatria foi Ulysses Pernambucano de Mello. De acordo com Devera e Costa-Rosa (2007), Ulysses discutia a violência inerente ao cotidiano dos hospícios e, tal como Juliano Moreira, partilhava a ideia de que a “feição de cárcere” (MOREIRA, 1910 apud SEGAWA, 2002) poderia ser substituída nas unidades asilares.

Entretanto, o modelo asilar ou hospitalocêntrico continuou predominante nos anos subsequentes. Como aponta Resende (1987, p. 36): “o destino do doente mental seguira irremediavelmente paralelo ao dos marginalizados de outra natureza: exclusão em Hospitais, arremedos de prisões, reeducação por laborterapias, caricaturas de campos de trabalho forçado”.

Arbex (2013) resgata a violência do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (MG), que classificou como genocídio. De acordo com a autora, “a subnutrição, as péssimas condições de higiene e

de atendimento provocaram mortes em massa no hospital, onde registros da própria unidade apontam dezesseis falecimentos por dia, em média, no período de maior lotação (ARBEX, 2013, p. 76)”.

Destoando deste panorama nefasto dos hospitais psiquiátricos brasileiros, Nise da Silveira fundou uma prática assentada em dois pressupostos: “sua recusa inicial de utilizar métodos agressivos, como o eletrochoque, a lobotomia e o coma insulínico; e a criação, em 1956, da Casa das Palmeiras para enfatizar o caráter de ruptura” (MELO; FERREIRA, 2013, p. 557) com a atenção asilar. Em entrevista realizada com Nise da Silveira, destaca-se que na Casa das Palmeiras “as atividades expressivas eram realizadas por pacientes em regime de *externato*, tendo sido a primeira instituição que desenvolveu um projeto de desinstitucionalização dos manicômios no Brasil” (SANTOS, 1994, p. 22).

O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), a partir de 1978, exerceu forte pressão para que as políticas públicas em saúde mental fossem alteradas. A assistência à saúde mental deveria contar com serviços de base comunitária (extra-hospitalares) e priorizar a atenção multiprofissional (TENÓRIO, 2002). Além disso, deveria ser abordada já na atenção primária e se articular até mesmo intersetorialmente para efetivar a desinstitucionalização. Mais que oferecer distintos serviços de saúde, se articulariam a esta política pública de saúde mental, as Cooperativas de Trabalho e os Serviços de Residência Terapêutica (TENÓRIO, 2002). Nestes dispositivos é possível: “enxergar e levantar desejos dos indivíduos atendidos e possibilitar a esses a participação social em outros papéis sociais que não os reservados à doença. Intenciona-se investir na ampliação de redes de trocas sociais do indivíduo, ao inseri-lo em um mundo de intersubjetividades” (FERRO, 2009, p. 758).

Os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO) existem no município de São Paulo desde 1989 (CAÇAPAVA; COLVERO; PEREIRA,

2009). Os autores indicam que nestes centros, os indivíduos que utilizam a rede de atenção em saúde mental podem utilizar diversos recursos nos moldes de ‘oficinas’ que “estão à disposição do usuário segundo o seu desejo de participação, através das possibilidades de escolha que a ele são oferecidas” (CAÇAPAVA; COLVERO; PEREIRA, 2009, p. 453). Castanho (2005) destaca que em dispositivos como o CECCO, é possível que o espaço intrapsíquico seja reordenado a partir da intersubjetividade presente na convivência.

A intersubjetividade é o aparato que sustenta os Serviço Residencial Terapêutico (STR), distanciando-o do risco de se transformar em outra modalidade de intervenção manicomial (FASSHERBER; VIDAL, 2007). Os autores destacam a necessidade da moradia sustentar a expressão do desejo e assim:

[...] o sujeito se engaja em um projeto individual de vida que construirá subjetivamente, através de seus desejos pessoais. A cidadania que lhe fora roubada pelo longo período de institucionalização é, enfim, recuperada. O morador readquire o seu poder contratual e sua autonomia, passando a ser sujeito de sua própria história (FASSHERBER; VIDAL, 2007, p. 205).

O SRT foi regulamentado pela Portaria N° 106, de 11 de Fevereiro de 2000 (BRASIL, 2000), sofrendo alterações pela Portaria N° 3.090 em 23 de Dezembro de 2011 (BRASIL, 2011). Atende egressos de instituições psiquiátricas, além de usuários de Centros de Atenção Psicossocial, moradores de rua e, por ordem judicial, indivíduos anteriormente abrigados em Hospitais de Custódia (BRASIL, 2004).

O SRT tipo I conta com no máximo uma população de 8 pessoas e uma equipe que visa instrumentalizar a articulação dos residentes à rede social comunitária. O SRT tipo II, atende pessoas com maior grau de dependência, que exigem um modelo de atenção que não se restringe a saúde

mental. Deve acolher no máximo 10 moradores e preconiza o estabelecimento de vínculos entre os moradores (BRASIL, 2011). No final de 2011, o número de residências terapêuticas em funcionamento no país era de 779, com um total de 3.470 residentes (BRASIL, 2012). Contudo, no território nacional a oferta é desigual. Fonte (2012) aponta que não existiam residências terapêuticas, até 2011, em quatro dos estados brasileiros.

A perspectiva do grupo no SRT

De forma distinta da vida “formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001) dos manicômios, os moradores dos SRTs podem vivenciar o “reconhecimento de sua relação singular” (KAËS, 1997) com a pulsão, a fantasia, o outro e a realidade externa. Por isso, neste modelo substitutivo de atenção à saúde mental haverá a constituição do grupo empírico onde: “o próprio agrupamento impõe exigências de trabalho psíquico comandados por sua organização, manutenção, sua lógica própria. Disso resultam formações e processos psíquicos que podem ser denominados grupais na medida em que só são produzidos pelo agrupamento” (KAËS, 1997, p. 86).

Na teoria kaesiana o grupo é também compreendido como “uma organização de vínculos intersubjetivos, sob o prisma de que as relações entre vários sujeitos do Inconsciente produzem formações e processos psíquicos específicos” (KAËS, 1997, p. 18). O grupo pode ser definido:

[...] como aparelho gerador de efeitos psíquicos relativamente autônomos em relação às psiques singulares, seus suportes e produtos; como aparelho da realidade psíquica que mantém em ligação as formações intrapsíquicas de seus sujeitos, trabalha e contém as formações que lhe são comuns, assim como as que são geradas por seus grupamentos (KAËS, 1997, p. 82).

Ao considerar o grupo como “aparelhamento da realidade psíquica” Kaës (1997) aponta que

haveria efeitos psíquicos originados nas vivências de compartilhamento. O autor destaca:

“É verdade que o que é compartilhado por vários sujeitos acaba sendo comum a eles. A noção decisiva aqui é a de um compartilhamento entendido como divisão de um objeto (ou de um espaço) em partes distintas, tendo em vista uma troca e uma distribuição” (KAËS, 2004, p. 59).

A orientação kaesiana sobre o grupo empírico e o compartilhamento parece ser um fator diferencial entre a vida nos manicômios e nos SRTs. Se nos manicômios a singularidade tende a ser suprimida, nos SRTs o morador é convidado a exercita-la e habitar o mundo. O compartilhamento sustentaria este exercício de diferenciação e propiciaria a ruptura da posição a-subjetal. Como destaca Kaës (2004, p. 59): “os objetos, os vínculos e os espaços psíquicos compartilhados implicam uma diferenciação dos lugares e das funções dentro da comunidade. É com base nessa diferenciação do compartilhamento que se organiza o processo de subjetivação, como separação da *psique comum*”.

Para que a diferenciação esteja em curso é exigido a atividade fundamental da psique de associação/dissociação (KAËS, 1997). Com esta atividade é possível transformar e tornar variável a complexidade do material psíquico, bem como reduzi-lo, aglomera-lo ou mesmo torna-lo heterogêneo. Para Kaës (1997, p. 126) “associação e dissociação sustentam as operações complexas do pensamento, a ligação entre os pensamentos, entre a representação das coisas, palavras e os afetos a eles relacionados”.

Contudo as atividades de associação/dissociação podem estar prejudicadas por efeitos como os descritos por Kaës (2005) na violência de Estado. Não menos violenta são as internações psiquiátricas prolongadas e, por analogia, estas atividades psíquicas estariam prejudicadas. Particularmente, as funções pré-conscientes estariam comprometidas e estas são fundamentais para a sublimação e a simbolização em razão da transformação que efetuam sobre os elementos inconscientes que tentam “retornar à

consciência” (KAËS, 2005, p. 67). Como destaca o autor: “a falência do pré-consciente tem como efeito a introdução de confusão entre o dizer e o fazer, entre a ação e a representação” (KAËS, 2005, p. 69).

De acordo com a perspectiva enunciada por René Kaës (2005) uma intervenção dirigida aos moradores de um SRT deveria ampliar a funcionalidade das ações pré-conscientes. Com o mesmo propósito Cavalheiro e Rumin (2008) empregaram o grupo de mediação junto a mães que sofriam em razão da separação de seus filhos por conta da negligência parental. Neste caso o afeto relativo a maternidade pode ser comunicado e houve a ampliação dos sentidos relativos ao cuidado e educação das crianças. Isto porque o emprego dos grupos de mediação contribuem para alargar as capacidades pré-conscientes.

Enfatiza-se que “o grupo de mediação é, antes de tudo, espaço de experiência e processo transformacional. Seu objetivo principal é de tornar reapropriáveis aos sujeitos, que estão em pane, a sua atividade de simbolização primária prejudicada” (KAËS, 2005, p. 49). Nesta modalidade de intervenção grupal o objeto mediador é utilizado para mobilizar a fala. Pode ser um objeto, um conto, uma fotografia ou qualquer outra coisa que permita a ligação do afeto à palavra. Este objeto tem a função de “ser um meio de restauração ou de sustentação das formações psíquicas intermediárias, e notadamente, do trabalho do pré-consciente” (KAËS, 2005, p. 48). Por estas características, é possível que o objeto mediador possa contribuir para a autonomia dos moradores de um STR.

A seguir apresenta-se um relato de experiência profissional desenvolvida em uma residência terapêutica, com o objetivo de discutir as características de uma intervenção em grupo, dirigida aos moradores de um Serviço Residencial Terapêutico I. A técnica de fotolinguagem foi empregada como dispositivo de atenção à saúde mental, especialmente, enfocando as vivências relacionadas ao modelo substitutivo de saúde mental.

Assim, as vivências ligadas ao cotidiano do Serviço Residência Terapêutico e as expectativas de seus moradores puderam ser abordadas e dimensionadas.

Metodologia

Este artigo envolve um relato de experiência profissional em Psicologia desenvolvido em um Serviço Residencial Terapêutico tipo I. Esta residência abrigava oito moradores, sendo cinco homens e três mulheres. Estes moradores apresentavam histórico de longa permanência em instituição psiquiátrica, sendo o menor tempo de internação de quinze anos. A técnica de fotolingagem foi empregada como dispositivo de atenção à saúde mental, especialmente, enfocando as vivências relacionadas ao modelo substitutivo de saúde mental. Foram realizados treze encontros quinzenais onde participaram os oito moradores do Serviço Residencial Terapêutico. Os encontros ocorriam no espaço da própria residência, com o local e hora fixos, sendo livre a participação dos moradores nas ações do grupo de fotolingagem.

A técnica de fotolingagem possibilita a “anamorfose” (VACHERET, 2008), ou seja, a fotografia tomada como um elemento para a representação de um objeto interno, oriundo da singularidade afetiva. Isto ocorre em virtude da imagem escolhida servir como “referente” (DUBOIS, 2012) e a expressão discursiva relacionada ter a função de “aderente” (DUBOIS, 2012).

Vale salientar que o grupo de fotolingagem é um dispositivo que “torna manifesta certa ordem da realidade psíquica de outra maneira indiscernível, sobre a qual nenhuma operação de transformação seria possível” (KAËS, 2011, p. 67). Deste modo, a fotolingagem estimula a capacidade de associação e, por isso, cria condições para a evocação do “trabalho da memória” (KAËS, 2005). Para o autor “o trabalho da memória é o de desocultar aquilo que foi apagado ou reprimido ou recalçado” (KAËS, 2005, p. 176).

A fotolingagem estimula a ruptura da posição a-subjetal, propiciando que as identificações,

projeções e idealizações sejam expressas no espaço intersubjetivo do grupo. Como afirma Kaës (2005, p. 50) “a fala é o meio de representação simbólica secundária das experiências emocionais e das cargas pulsionais investidas no objeto de mediação”.

Vacheret (2008) explica que a técnica de fotolingagem é realizada a partir da proposição ao grupo de uma pergunta. Um grande conjunto de fotografias é disposto sobre uma mesa para que os participantes possam escolher alguma imagem que será utilizada para responder a pergunta realizada.

Em seguida os participantes pegam as fotografias escolhidas. Em caso de escolha da mesma imagem por mais de um participante, é oferecido algum tempo para que possam compartilhar entre si os motivos da escolha. Em continuidade, os integrantes do grupo são convidados a comunicar o que a imagem mobilizou.

Vacheret (2008, p. 184) enfatiza que surge: “por meio da fala de um outro, toda uma visão nova e criativa, um ponto de vista bem diferente sobre a realidade, que parece nos abrir os horizontes. Enfim, a palavra tomada por esses membros do grupo que desejam intervir sobre uma foto contribui para alimentar a cadeia associativa”.

A autora ainda acrescenta que “o grupo vai produzir um imaginário comum, feito de múltiplas facetas que cada um traz em si, e diversas imagens das quais somos portadores, individual e grupalmente, vão se agenciar, organizar-se e transformar-se” (VACHERET, 2008, p. 187). Frente as múltiplas facetas originadas pela exposição a imagem os responsáveis pelo grupo podem ampliar as associações e balizar comunicações depositadas no grupo. Por isso a técnica de fotolingagem pode contribuir para ampliação das atividades pré-conscientes.

Resultados e Discussão

A experiência profissional relatada a seguir, decorreu do atendimento a demanda expressa pelos profissionais responsáveis pelo Serviço

Residencial Terapêutico I. Estes profissionais expressaram a preocupação relativa aos conflitos decorrentes da disputa por objetos, escolha de canais de televisão e relacionamentos amorosos entre os residentes. No que concerne aos conflitos sobre a posse de objetos, deve-se levar em conta que estes moradores permaneceram longas datas em instituições psiquiátricas, onde a singularidade foi sistematicamente mortificada. Permaneceram despojados até mesmo de seu “estojo de identidade” como ressalta Goffman (2001); por isso é necessário apropriar-se da individualidade (pentes, cosméticos, toalhas, sabonete, aparelho de barbear, fotografias...). Como ressalta Arbex (2013, p. 53), ao chegarem a uma residência terapêutica, após longos anos de hospitalização na Colônia de Barbacena, estas pessoas “precisaram se acostumar ao privilégio da individualidade. Ter seu próprio sabonete e toalha era uma grande novidade; sentiram-se confusas ao descobrirem que havia um guarda-roupa para cada uma. Era a primeira vez que teriam algo seu”.

O declínio dos efeitos de mortificação permitia vinculações afetivas entre os moradores. Estas eram repudiadas pela extremada moralidade dos cuidadores do Serviço Residencial Terapêutico.

Após a apresentação destes elementos que envolviam a demanda inicial, inicia-se a discussão dos encontros realizados com a técnica de fotolinguagem.

No primeiro encontro do grupo de fotolinguagem, os questionamentos que foram dirigidos aos moradores do Serviço Residencial Terapêutico envolveram a experiência de mudança do hospital psiquiátrico para a residência. A escolha dos mobilizadores “expectativas” e “temores” pautou-se na concepção de que haveriam vivências anteriores aos conflitos nomeados como sintoma pela equipe de cuidadores. Foi possibilitada a expressão dos afetos em torno de um momento que poderia ser caracterizado como uma “ruptura catastrófica” (KAËS, 2005), conforme expressão

discursiva de um dos participantes: “[...] quando me chamaram pra vir morar aqui fiquei com medo, não sabia pra onde queria me levar, mas depois resolvi conhecer e estou aqui até hoje; nunca briguei e nem fugi.”

A experiência de “ser levado” é lembrada como elemento de seu histórico de internações e fugas. A alternativa de conhecer a residência, inaugurava a perspectiva de posicionar-se frente a sua permanência numa referência, pois, como indica Franco e Van Stralen (2012, p. 413) “é na ação no espaço e no discurso produzido ali que o sujeito se mostra, revelando sua subjetividade”.

Entre as imagens escolhidas pelos moradores destaca-se uma em que um gato dormindo tem um periquito deitado sobre seu corpo. O contrassenso desta aproximação mobilizou o questionamento das relações pautadas pelo poder hierárquico: “a foto representa união, amizade verdadeira, sem um mandar no outro”.

A horizontalidade das relações de poder, comportaria vivências onde as punições não balizassem de modo preponderante a sociabilidade. Em alguma medida, viver sem que alguém ditasse o enquadramento do afeto e do ato, poderia se relacionar com a demanda expressa pelos profissionais responsáveis pelo Serviço Residencial Terapêutico.

Outra expressão referente a mesma imagem, posiciona a residência terapêutica como local de acolhimento e de apoio:

“Vivi desde os quatorze anos em hospitais, era muito ruim, tinha muito barulho, pessoas gritando, outras dependentes de drogas; sentia vontade de sair correndo e quebrar as paredes. Aqui encontrei uma família como sempre quis.”

A expressão envolvendo a família, abrangia a contraposição aos gritos, a dependência ou ao sofrimento. Compreendia a ausência do sofrimento e do conflito nesta representação. Sugeriu ao profissional de Psicologia que a ambivalência da

vida familiar poderia ser abordada em um próximo encontro.

No segundo encontro, o espaço físico e o grupo não estavam preparados para a intervenção, em razão da mudança no horário do café da tarde. Para que este trabalho se efetivasse, foi necessário a mediação de profissionais da equipe de referência em saúde mental – assistente social, enfermeira e psicóloga – junto aos cuidadores do Serviço Residencial Terapêutico, haja vista que, alterações no horário de alimentação dos moradores e flutuações no horário de limpeza da residência, dificultavam a execução da intervenção. Esta resistência dos trabalhadores do Serviço Residencial Terapêutico, sugeria guardar a perspectiva de que os usuários de serviços de saúde mental precisam apenas de abrigo, roupas, comida e, medicalização. Nesta resistência parecia prevalecer a “cultura somática” (BOLTANSKI, 2004), desconsiderando o indivíduo em sua dimensão subjetiva. Como aponta Sprioli (2010, p. 73):

[...] poucos cuidadores conhecem as inovações empreendidas pela Reforma Psiquiátrica e [...] a maioria não concebe o seu trabalho como inserido neste contexto, refletem um nível insuficiente de informação e/ou uma formação que pouco capacita para o trabalho como cuidador em serviço de saúde mental.

Os estudos que discutem o trabalho destas equipes são recentes e sugerem que as práticas não refletem a integralidade do cuidado (DIMENSTEIN et al., 2006). Nestas equipes falta apropriação de referenciais da desinstitucionalização, particularmente por não possuírem formação profissional em saúde (RIBEIRO NETO; AVELLAR, 2009). Conforme destaca Fonseca et al. (2008, p. 81) “a moradia protegida depara-se com o desafio de ampliar os horizontes de profissionais de saúde mental, a partir de uma prática ainda em construção”.

No entanto, este impedimento não ocasionou o adiamento do encontro. O grupo se reuniu e foi possível falar da experiência do encontro anterior. Comunicar a experiência vivida no grupo de fotolinguagem foi uma efetiva vivência de posicionar-se frente a uma situação. Este é um exercício que move a singularidade ao encontro da diversidade de opiniões. Pelo caráter não consensual, a diversidade ocasiona conflitos, algo que tende a ser silenciado pelas “tendências de fechamento” (GOFFMAN, 2001) dos aparatos manicomial. Mas a diversidade é constitutiva da vida comunitária e, por isso, expressar as percepções sobre o grupo seria a modulação de uma vivência em relação a coletividade.

Mesmo com a impossibilidade de realização do grupo fotolinguagem neste segundo encontro, a discussão em grupo possibilitou que os conflitos afetivos fossem aderidos ao espaço do grupo e a discussão foi direcionada para uma diversidade de situações, que propiciavam sofrimento. Observou-se uma vinculação que pode ser denominada “grupo intersubjetivo” e “designa uma configuração de vínculos suficientemente estável, permanente e significativa entre os sujeitos singulares” (KAËS, 1997, p. 103).

A percepção de que espaços vinculares externos a família pareciam emergir nas trocas discursivas, indicou que fosse abordado o ciclo de vida escolar no terceiro encontro do grupo de fotolinguagem. Posicionou-se a questão: “Como foi e o quê a escola trouxe para suas vidas?”. Algumas expressões discursivas foram escolhidas para a discussão neste relato de intervenção: “*é tão bonita [a escola], olha as crianças. Estudei só a primeira série, eu adorava ir, mas meu pai me tirou pra trabalhar na roça, fiquei com muita raiva*”.

Verifica-se que a associação ao aderente expressa a “memória daquilo que não foi profundamente vivido para se deixar esquecer” (KAËS, 2005, p. 176). Discutiu-se a destrutividade das imposições

familiares, o que possibilitou retomar um aspecto latente do primeiro encontro: a ambivalência das relações familiares. Vale salientar, que a associação nos grupos apresenta uma variação: “cada aparelho psíquico individual é sede de um trabalho psíquico singular, mas esse trabalho é atravessado pelos processos e pelas formações psíquicas que se desenvolvem de maneira relativamente autônoma no espaço grupal” (KAËS, 2004, p. 136). Por este efeito das formações psíquicas, a destrutividade foi articulada, por outro participante, ao processo de adoecer: *“não pude entrar na escola com a idade que todas as crianças costumam entrar, tinha muitos problemas por causa das convulsões; mas estudei até o primeiro colegial, quero voltar a estudar”*.

Nesta expressão a lembrança faz a “função de memorial” que “é a condição social de uma história pessoal que não rejeita a História coletiva, que a cruza e que a reconhece em lugar de sobrepô-la, de denegá-la, de destruí-la” (KAËS, 2005, p. 177). Nota-se que reconhecer as marcas destrutivas do adoecimento não impede sua inscrição no movimento coletivo de desinstitucionalização – voltar a estudar – e permite movimentar-se em direção a escolhas pessoais.

No quarto encontro do grupo de fotolinguagem, questionou-se como foi a própria vida e como gostariam que ela fosse. Em resposta, os participantes abordaram a infância, a experiência de trabalho e a vivência amorosa. Destaca-se nestas comunicações a “memória do corpo” que segundo Kaës (2005, p. 176) refere-se ao “que foi fortemente sentido, por ser suficientemente elaborado”.

“[...] eu brincava no gira-gira e no escorregador, nas arvores era muito bom. Gostava de festa de Peão, e de trabalhar cuidando dos animais, eu cuidava dos pelos. Se pudesse eu queria voltar a cuidar deles.”

Ao apresentar o que gostariam de vivenciar, foi possível transmitir alguns aspectos de suas

idealizações. Houve uma concentração de respostas em torno de imagens que retratavam casais e seus filhos. Observa-se que:

“É neste espaço potencial que se inventa um “lugar” onde o existir verdadeiramente se viabiliza na livre circulação do dentro e fora no processo de subjetivação. Talvez esta seja a marca que diferencie este espaço da instituição asilar: aqui as portas estão abertas para entrar ou sair” (SZTAJNBERG; CAVALCANTI, 2010, p. 465-466).

Outro efeito possibilitado pela circulação entre o vivido e o porvir foi a “difração” que segundo Kaës (2004, p. 214) “realiza o desejo de extensão especular dos objetos, das figuras e dos limites do ego”. Nota-se a dificuldade de demarcar os contornos do desejo, talvez ainda por não se perceber em sua singularidade. Assim, um dos participantes expressa: *“quero terminar meus estudos, ter um diploma e trabalhar; ainda não sei que curso vou fazer”*.

Para o quinto encontro, foi questionado se o que esperavam do Serviço Residencial Terapêutico teria se efetivado e, ainda, o que poderia ser diferente nesta moradia. A partir da escolha de uma imagem que apresentava em primeiro plano um jardim e, ao fundo, árvores e uma construção, os participantes responderam: *“a igreja [construção] no alto; aqui mostra tempo, espaço e distancia. Distância daquilo que já passou”*.

As oficinas de fotolinguagem possibilitam a ampliação dos processos pré-conscientes, apoiando-se na “figuralidade” (KAËS, 1997 apud CASTANHO, 2008). Como destaca o autor, “essa figuralidade seria constituída de signos, mas não simplesmente signos, signos que se prestassem a uma ligação da representação de coisa ao afeto” (CASTANHO, 2008, p. 196).

No discurso acima, nota-se que a figuralidade se organizou em relação a disposição dos planos

da imagem: a igreja no plano de fundo e as flores como foco principal da imagem. Verifica-se que em torno da disposição dos planos da imagem há uma expectativa em torno de reparações daquilo que vivenciou no passado. A aparência campestre da imagem mobilizou uma outra referência em um dos participantes do grupo, que envolvia medos e incertezas: *“parece quando eu fui no passeio no rio com o pessoal do hospital; andamos de barco, dava uma sensação; mesmo seguro, eu ficava balançando, parecia que eu ia cair”*.

A percepção de estar na borda, entre os espaços (acima e abaixo da água), poderia se referir ao serviço referencial terapêutico e ao hospital psiquiátrico. Este parecia ser um aspecto ansiogênico que envolvia o grupo, pois, como destaca Kaës (1997, p. 87), “a realidade psíquica, no grupo, consiste naquilo que, dos sujeitos do grupo, cabe ao grupo e naquilo que produz e dispõe o grupo, no seu âmbito de determinação própria e para seu próprio fim”. Atentou-se para o fato de que comunicar o temor de cair do barco representado pela residência, parecia algo relevante para o grupo. As constantes referências aos sistemas religiosos que os auxiliariam na superação das dificuldades, sugeriam também ser parte deste temor. Havia um conteúdo que ameaçava a permanência na residência terapêutica e talvez estivesse ligado a queixa inicial que levou a constituição do grupo de fotolinguagem.

Para ampliar as expressões discursivas, optou-se no sexto encontro, por oferecer ao grupo imagens de obras de artísticas. Foram inseridas no conjunto de imagens anteriormente empregadas no grupo de fotolinguagem. As imagens artísticas foram escolhidas por remeterem a esquemas corporais, pela sensação produzida pela combinação de cores e pelo aspecto ambíguo que remetia a objetos presentes no cotidiano. Talvez este recurso oferecesse novas ambiências, ou seja, a mobilização “de imagens interiores, associadas e religadas pelo afeto que as sustenta” (VACHERET, 2008, p. 186). As imagens abstratas poderiam alargar a polifonia

em virtude da cadeia associativa duplicada: “a dos sujeitos singulares e a que se forma a partir da sucessão e da simultaneidade de seus enunciados” (KAËS, 2004, p. 146).

Seguindo o sexto encontro, solicitou-se a escolha de imagens que abordassem dois momentos em suas vidas. A escolha da imagem “Château et Soleil”, de Paul Klee, combinou formações discursivas que englobavam torres e o estabelecimento de um vínculo afetivo: *“São igrejas; tenho uma namorada, ela mora lá no hospital; ontem sonhei que estava construindo uns cômodos aqui no fundo da casa, pra morar com ela”*.

Neste contexto, passam a surgir características de uma ruptura da posição a-subjetal, iniciando uma procura por coisas que são importantes para si, permitindo construir um espaço para a singularidade. Kaës (1997, p. 101) indica que “a-subjetal poderia qualificar o sujeito quando a distância entre o lugar ocupado e o lugar representado é abolida”.

Ao dissociar a figura solar da imagem “Chateau et Soleil” um outro participante trouxe uma memória e a construção de uma ordem relacional. Os encaixes formados pela distribuição geométrica das formas empregadas por Paul Klee, foram associados com uma forma de se vincular ao outro, e em seguida, os claros limites das figuras geométricas aludiram os limites do que é partilhado e o que representa a singularidade: *“Ele estava só no sol; deve ter mais contato com os outros; estar mais livre, mas, tem que respeitar todos que estão ao seu lado, mas temos que ser também respeitados”*.

Particularmente, nota-se a atividade de “associar e dissociar” apontada por Kaës (1997, p. 125-126) como “uma atividade fundamental, originária e constante da psique: a de associar o material psíquico, combinar seus elementos, diferenciá-los, transformá-los e organizá-los em conjuntos de complexidade variável”.

Para o sétimo encontro foram abordados elementos relativos às experiências felizes que vivenciaram. A escolha de uma imagem abstrata mobilizou o seguinte discurso:

“Me faz lembrar índios. Minha família é de origem indígena, eram bugres; Sinto saudade deles, a semana passada falei com meu irmão, ele ligou; pedi pra me mandar os dados dos meus avós, para que eu coloque no livro que estou escrevendo.”

Neste discurso nota-se que o trabalho psíquico do grupo “projeta a hipótese filogenética em seu espaço heurístico fecundo: o da reinscrição interpretativa, e não o da causalidade linear” (KAËS, 2001, p. 69). Isto ocorre porque o grupo de fotolinguagem pode contribuir para a “transmissão transicional” que “torna possível um trabalho do Eu, no qual os elementos da história do sujeito, que ele recebe sem saber, são por ele reinventados, encontrados e criados” (KAËS, 2005, p. 136).

A distância familiar decorrente do histórico de internações sustentou o repúdio a aspecto da identidade familiar, “possibilitando ao sujeito contrastar-se contra algo e assim definir os seus contornos” (TESTONI; TONELLI, 2006, p. 44). A definição de contornos retoma elementos relativos a singularidade, como expressou este participante: *“São lajotas, eu trabalhava fazendo massa; fazia lajota para erguer prédios, casas. Gostava de trabalhar”*.

Conforme aponta Kaës (2011, p. 137) “o processo associativo funciona então como um dispositivo de transformação e de metabolização que torna possível que sejam simbolizadas, graças à atividade do pré-consciente, representações barradas pelo recalque”. Por isso, passa a figurar no grupo, expressões sobre momentos da vida que estavam distanciados das instituições de saúde mental e experimentaram apropriações e conflitos. Em razão destas expressões, no oitavo encontro questionou-se o que poderiam ter feito de diferente em suas vidas. A seguir, a escolha da imagem de

dois pássaros pousados num mesmo galho, mas que mantinham-se com a cabeça direcionada para lados contrários ocasionou duas distintas expressões:

Eu estava vivendo assim com ele, juntos, mas cada um pro seu lado. Queria me declarar pra ele, mas tinha medo do que ele podia me dizer ou ficar bravo comigo; agora eu consegui me declarar pra ele com a música do Roberto Carlos “como é grande o meu amor por você” e, ele me aceitou como namorada e, agora estamos frente a frente.

Gostaria de ter um trabalho, de ter encontrado uma companheira, ter uma casa, não precisa nem ter um carro; mas por causa da epilepsia, acho que por isso, nunca me deixaram ter mais contato com a sociedade. O Dr. podia me liberar pra fazer caminhada, saímos pra caminhar, mas tem que ser todos; quero poder fazer a caminhada só, e quando sinto vontade.

Nestas duas comunicações repousam diferenciadas ambiências: aquela que compreende vincular-se para experienciar a completude e outra que exige a autonomia para que haja a fruição. Estas comunicações delimitavam posições de passagem e, por isso, podem ser denominadas “funções fóricas” (KAËS, 2011). A comunicação do namoro sugeria a função fórica de porta-palavra que “abriga, contém, torna dizível e audível a fala de um outro” (KAËS, 2011, p. 170). Esse outro demanda a ruptura das sobreposições institucionais e exige que sua “contratualidade” (ARGILES et al., 2013) seja restituída.

Sendo a contratualidade um conteúdo produzido pelo grupo, no nono encontro foi proposto ao grupo abordarem quais mudanças esperavam para suas vidas no futuro. A obra “Churches New Jerusalem” de Wassily Kandinsky ocasionou as seguintes comunicações:

“São as igrejas; têm dois homens, um aqui em cima parece bonito, o outro aqui em baixo, e é feio. Quero ter um companheiro, mas não é qualquer pessoa, tem que ser bom companheiro; não pode ser qualquer um”.

A dúvida entre os dois homens incentivaria a manifestação de ansiedades paranoides. Contudo, seu discurso aponta para a “segurança ontológica primária” onde “as circunstâncias comuns da vida não constituem ameaça constante à existência” (LAING, 1982, p. 45). Esta segurança amplia a possibilidade de fantasias sobre fruição e de independência em relação aos serviços de saúde mental e como destaca Kaës (2011, p. 55) “a partilha da fantasia é um sinal de um processo de subjetivação individualizante”.

A mesma imagem propiciou a comunicação de outro integrante, onde afirmava tolerar a condição faltante a partir da delimitação do Eu, que sustentaria a “interface entre os objetos internos e os objetos externos” sendo “continente dos objetos internos e uma barreira de contato com os objetos externos (KAËS, 1997, p. 146).

“Escolhi a casa novamente; espero conseguir ter minha casa; chegar no final do dia e ter uma companheira me esperando. A esperança é a última que morre; se eu não conseguir nesta vida, poderei conquistar isso em outro momento, porque não morreremos.”

No décimo encontro do grupo de fotolingagem, o medo de abandono se disseminou entre os participantes. Este sentimento decorria do pedido de demissão de dois profissionais de saúde que mantinham intenso envolvimento com o Serviço Residencial Terapêutico. Ao revisar a obra de winnicottiana, Pondé (2011, p. 89) destaca que o medo “corresponde a essa não aquisição de um sentido de existência”. A ameaça ao sentido da existência, parecia se integrar as comunicações do grupo, pois, a estruturação da residência foi sustentada pelos profissionais que agora alcançaram outra possibilidade profissional.

A segurança comunicada no encontro anterior parecia questionada por uma ruptura catastrófica, “onde o real vem substituir a fantasia, confirmá-la, ao mesmo tempo que anula a fantasmática” (KAËS, 2005, p. 168). A fantasmática permite o

deslocamento da posição a-subjetal e, por isso, é um fator de mobilização do grupo de fotolingagem. A contenção da ruptura catastrófica pode ser obtida pelo incentivo ao estabelecimento do espaço intersticial, pois,

[...] o interstício permite então que sejam restabelecidas identidades “personalizadas” que, ao contrário, permitem que se retome diferentemente as identidades profissionais. Essa função é particularmente importante nas instituições de “tratamento psíquico”, na medida em que nestas, as passagens idealizadoras da função à pessoa são particularmente ativas (ROUSSILLON, 1991, p. 174).

As práticas intersticiais possibilitam ao sujeito falar de sua singularidade com “uma impressão de troca mútua, fraterna, como que liberada das tensões intertransferenciais ligadas ao trabalho em comum” (ROUSSILLON, 1991, p. 173). A posição de segurança em relação as intertransferências possibilitou a comunicação do sentimento de ser deixado a margem do planejamento destes profissionais. Como destacam Silva e Rumin (2012, p. 780) “a expressão de ruptura em torno de um suposto saber que aplacasse o estado de adoecer poderia sugerir um sentimento de desamparo”. Além disso, comunicava que com os profissionais que continuavam compondo a equipe talvez não fosse possível dar sequência ao projeto do Serviço Residencial Terapêutico.

Diante da ansiedade descrita acima, do décimo ao décimo terceiro encontro do grupo abordou-se o que foi apreendido na relação com os profissionais que deixavam os serviços de saúde mental. É relevante considerar que a vivência de abandono e o enlutamento pudesse se intensificar, pois, conforme o contrato de intervenção, seriam realizados doze encontros do grupo de fotolingagem. Era necessário incentivar processos para a elaboração do luto e conforme destaca o referencial psicanalítico:

“Embora a elaboração do luto pela perda dos encontros com o analista seja um processo doloroso

que se inicia ainda na vigência da análise e se prolonga pela vivência do pós-término, acredito que ela possa ser facilitada pelos ganhos que o analisando se dá conta de que teve com a análise” (SAIGH, 2009, p. 111).

Tomando este apontamento como referência possibilitou-se ao grupo abordar aquilo que foi apreendido com os profissionais que deixavam os serviços de atenção à saúde mental. Verificou-se que em torno da imagem de uma máscara, que representava um rosto humano, surgiram as seguintes expressões discursivas dos participantes: *“Essa mascara eu não gostei, é escura, feia”*. *“São as santinhas, temos que fazer o bem”*.

Expressar o que não é tolerado abrangeu algum nível de autonomia e se relacionou “ao fato de que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é o seu e que tem que transformar por meio de sua atividade” (AFONSO, 2011, p. 460). Transformar um afeto também compreendeu a internalização do que necessita ser feito, mesmo tendo que aplacar os impulsos. Envolveu alguma renúncia no destino da pulsão, e como indica Carvalho (2013, p. 60) “a sublimação é um modo de satisfação da pulsão, distinto da satisfação produzida, por exemplo, no sintoma, é justamente porque ela pode encontrar seu alvo em outro lugar – nas formas valorizadas histórica e socialmente”.

As identificações mútuas que foram expandidas pelas trocas no grupo de fotolinguagem, orientaram comunicações sobre o apoio mútuo que poderia ser vivenciado entre os moradores e trabalhadores do Serviço Residencial Terapêutico. A escolha de uma imagem que focalizava as mãos dadas de duas pessoas propiciaram os seguintes discursos: *“são caminhos em nossa vida, temos que seguir em frente”*. *“Estão de mãos dadas, um puxa o outro”*.

As memórias sobre o que experienciaram na relação com a equipe do Serviço Residencial Terapêutico e os próprios moradores auxiliaram na contenção do temor de abandono e a elaboração do luto pelo distanciamento dos integrantes da

equipe de saúde. A abordagem destas relações, particularmente entre o décimo e o décimo terceiro encontro criaram novos sentidos, pois, “o trabalho da memória é o trabalho da reelaboração das estruturas anteriores sob formas cada vez mais complexas” (KAËS, 2005, p. 77).

Considerações Finais

Ao longo de seu desdobramento, esta intervenção foi permeada pela posição de intermediário entre a demanda inicial dos profissionais do Serviço Residencial Terapêutico e a expressão da subjetividade dos moradores. Na preparação do primeiro encontro, a atitude de barramento do comportamento dos moradores, exigida pela equipe de trabalhadores do SRT, parecia agrupada a expectativa de alguns moradores que se sentiam prejudicados pela postura dos outros moradores. Notou-se que o anseio de encontrar alguém que executasse os barramentos, comunicava a necessidade de intermediar a contratualidade dos moradores.

O alargamento da contratualidade dependeria, então, do planejamento da função de intermediário efetuada pelo grupo de fotolinguagem. No primeiro encontro, a proposta de comunicarem suas expectativas e temores em relação a moradia no Serviço Residencial Terapêutico, pontuava que a singularidade seria sustentada pelo grupo. Mesmo com o boicote – segundo encontro – ao que foi consensualmente estabelecido pelos moradores, a função de intermediário conteve a destrutividade contra a pactuação dos moradores. Foi retomado o acordo de funcionamento do grupo com a equipe profissional, privilegiando o fato de que o consenso conteria os aspectos arbitrários das relações institucionais.

Outro desdobramento em relação ao consenso é a experiência de reafirmação das identificações mútuas, que garante o compartilhamento das vivências e sinaliza a função de contenção afetiva

executada pelos membros do grupo. O caráter intersubjetivo do compartilhamento delimita um campo de maior segurança para expressar os aspectos traumáticos vividos ao longo de suas vidas. Particularmente, o que foi interrompido pelo adoecer e as internações, poderia ser comunicado e os aspectos melancólicos destas desrealizações seriam contidos pelos investimentos futuros possibilitados pela desinstitucionalização. Verifica-se que a função de intermediário do grupo de fotolingagem, também se inscreve entre as instâncias temporais do vivido e do porvir. O movimento entre instâncias é gerado pelo contato com a fotografia, em razão desta permitir a oscilação entre referente e aderente, originando representações que fluem para a consciência e gerando mobilidade aos elementos pré-consciente.

A distância entre aquilo que encontraram no Serviço Residencial Terapêutico e o que esperavam para suas vidas necessitava ser reduzida pelos vínculos que estabeleceriam e pela relação com a comunidade. Dirigir-se a elementos objetáveis impõe ambiências frustrantes e o contato com elementos intrapsíquicos. Pelo efeito da anamorfose, a técnica de fotolingagem amplia o contato com elementos fragmentados da identidade, particularmente pela dupla matriz transferencial que se produz no grupo. Este tipo característico de transferência parece ter sido diversificada pelo uso de imagens abstratas.

A diversificação dos conteúdos depositados no grupo trazia as histórias pessoais e expectativas de cada morador. A difusão das singularidades demonstrou-se um importante meio para que a contratualidade se efetivasse entre os moradores. Experimentar a particularidade dos limites de cada morador propiciou consensos sobre o funcionamento da residência e as relações pessoais.

A função de intermediário do grupo de fotolingagem contribuiu também para conter os temores oriundos de rupturas na ordem institucional. Associou-se à função de interstício para sustentar os investimentos mútuos na grupalidade. Isto

posto, conclui-se que o grupo de fotolingagem é um dispositivo relevante para apoiar o processo de desinstitucionalização realizado pelos Serviços Residenciais Terapêuticos.

Referências

AFONSO, M. L. M. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 445-464, 2011.

ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARGILES, C. T. L.; KANTORSKI, L. P.; WILLRICH, J. Q.; ANTONACCI, M. H.; COIMBRA, V. C. C. Redes de sociabilidade: construções a partir do serviço residencial terapêutico. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7, p. 2049-2058, 2013.

BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000*. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/27_Portaria_106_de_11_02_2000.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.090, de 23 de dezembro de 2011*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas Estratégicas. *Para quem precisa de cuidados em saúde mental, o melhor é viver em sociedade*. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde/DAPES. *Saúde Mental em Dados*, Brasília, ano 7, n. 10, 2012. Informativo Eletrônico. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/mentaldados10.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

- BRITTO, R. C. *A internação psiquiátrica involuntária e a Lei 10.216/01. Reflexões acerca da garantia de proteção aos direitos da pessoa com transtorno mental*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/tese%20interna%C3%A7%C3%B5es%20involunt%C3%A1ria%20e%20a%20Lei%2010216.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- CAÇAPAVA, J. R.; COLVERO, L. A.; PEREIRA, I. M. T. B. A interface entre as políticas públicas de saúde mental e promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 446-455, 2009.
- CALDAS; A. A.; NOBRE; J. C. A. Saúde mental e reforma psiquiátrica brasileira: reflexões acerca da cidadania dos portadores de transtornos mentais. *Cadernos UniFOA*, Volta Redonda, v. 20, n. 3, p. 71-83, 2012.
- CARVALHO, K. B. O conceito de sublimação: metas assexuais e valor cultural. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 35, n. 66, p. 55-63, 2013.
- CASTANHO, P. C. G. A Fotolinguagem: uma situação de referência para o trabalho de orientação psicanalítica com grupos que utilizam a mediação de objetos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 192-201, 2008.
- CASTANHO, P. C. G. O laço do preconceito: a inclusão, exclusão e convivência do usuário de saúde mental a partir do conceito de alianças inconscientes e do dia a dia de um CECCO. *Vínculo*, Montes Claros, v. 2, n. 2, p. 70-79, 2005.
- CAVALHEIRO, F. R.; RUMIN, C. R. Grupo de mediação com mulheres em instituição de atenção a infância. *Omnia Saúde*, Adamantina, v. 5, supl., p. 66-79, 2008.
- DEVERA, D.; COSTA-ROSA, A. Marcos históricos da reforma psiquiátrica brasileira: transformações na legislação, na ideologia e na práxis. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 6, n. 1, p. 60-79, 2007.
- DIMENSTEIN, M.; BRITO; M. A. M., SEVERO, A. K. S.; CABRAL, C. M. T.; ALVERGA, A. Reinserção social e cotidiano de usuários de psicotrópicos. *Revista Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 130-149, 2006. Disponível em: <www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/.../pdf_82>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 2012.
- FASSHERBER, V. B.; VIDAL, C. E. L. Da tutela à autonomia: narrativas e construções do cotidiano em uma residência terapêutica. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 194-207, 2007.
- FERRO, L. F. Trabalho territorial em hospitais psiquiátricos: construindo no presente um futuro sem manicômios. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 29, n. 4, p. 752-767, 2009.
- FONSECA, P. C.; GENEROSO, C. M.; MAIA, M. S.; EMMENDOERFER, M. L. A moradia protegida no contexto da reforma psiquiátrica: interlocuções com a família e o campo social. *MENTAL: Revista de Saúde Mental e Subjetividade da UNIPAC*, Barbacena, v. 6, n. 10, p. 69-83, 2008.
- FONTE, E. M. M. Da institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. *Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 1, n. 18, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/60/48>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- FRANCO, R. F.; VAN STRALEN, C. J. O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, 2012.
- GOFFMAN; E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KAËS, R. *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e compartilhada*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

- KAËS, R. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In: KAËS, R. FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; BARANES, J. J. *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 27-70.
- KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- KAËS, R. *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011.
- LAING, R. D. *O eu dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MELO, W.; FERREIRA, A. P. Clínica, pesquisa e ensino: Nise da Silveira e as mutações na psiquiatria brasileira. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 555-569, 2013.
- ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000.
- PONDÉ, D. Z. F. *O conceito de medo em Winnicott. Winnicott e-prints*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 82-131, 2011.
- RESENDE; H. Políticas de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. (Org.). *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 15-73.
- RIBEIRONETO, P.M.; AVELLAR, L. Z. Conhecendo os cuidadores de um serviço residencial terapêutico. *Mental*, Barbacena, v. 7, n. 13, p. x-x, 2009.
- ROUSSILLON, R. O quarto de despejo e o interstício. In: KAËS, R.; BLERGER, J.; ENRIQUES, E. FURNARI, F.; FUSTIER, P.; ROUSSILLON, R.; VIDAL, J. P. (Org.) *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p.159-178.
- SAIGH, Y. A. A elaboração do luto e as dificuldades de desligamento no pós-término de análise. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 109-124, 2009.
- SANTOS, L. G. P. Entrevista: Nise da Silveira. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 14, n. 1-3, p. 22-27, 1994.
- SEGAWA, H. Casa de Orates. In: ANTUNES, E. H.; BARBOSA, L. H. S.; PEREIRA, L. M. F. *Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos da história brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 55-80.
- SILVA, T. A. D.; RUMIN, C. R. A Fibromialgia e a manifestação de sofrimento psíquico. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 767-792, 2012.
- SPRIOLI; N. *Cuidar em novo tempo: o trabalho de cuidadores profissionais com pacientes psiquiátricos em moradias*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-27092010-161621/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- SZTAJNBERG, T. K.; CAVALCANTI, M. T. A arte de morar... na lua: a construção de um novo espaço de morar frente a mudança do dispositivo asilar para o serviço residencial terapêutico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 457-468, 2010.
- TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 9, n. 1, p. 25-59, 2002.
- TESTONI, R. J. F.; TONELLI, M. J. F. Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 40-48, 2006.
- VACHERET, C. A Fotolinguagem: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 180-191, 2008.

Recebido em: 17 nov. 2014
Aceito em: jan. 2015.